



RESENHA

<http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442020v26n1r801>

BUTLER, Judith. 2019. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica. 189 pp.

Lucas Freire

Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (PPHBC/CPDOC/FGV), Rio de Janeiro/RJ, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-9629-6840>

E-mail: lucas.mfreire@hotmail.com

Apesar de ter sido publicado originalmente há quinze anos, em inglês, a tradução do livro *Vida precária*, da filósofa Judith Butler, para o português é de suma importância para o público brasileiro. Dadas a atualidade e a pertinência das questões abordadas pela autora, é possível identificar similaridades e diferenças entre o que ela escreveu e o cenário nacional contemporâneo. Para além disso, *Vida Precária* representa o primeiro movimento de Butler no sentido de ampliar reflexões pensadas a partir das discussões apresentadas em *Bodies that Matter* acerca do peso/importância do corpo e formular algumas das perguntas centrais que orientam sua obra até hoje: afinal, o que conta como uma vida? Quais são os processos de humanização, de desumanização que traçam linhas que definem quais vidas serão consideradas vivíveis e quais mortes não poderão ser

publicamente pranteadas e sequer serão entendidas como tal?

As respostas a estas perguntas são esboçadas ao longo dos cinco ensaios que compõem o livro, cujo fio condutor é uma discussão sobre o que pode ser debatido e reconhecido publicamente – nos termos de uma teoria do reconhecimento de influência hegeliana – acerca dos temas da precariedade, da vulnerabilidade e dos poderes do luto e da violência. Como diz a autora logo nas primeiras linhas do prefácio, esses textos foram escritos em reação à atitude estadunidense de intensificação de um discurso nacionalista, fechamento das fronteiras e cerceamento de direitos provocada pelo episódio do 11 de Setembro de 2001. Butler está preocupada em defender que é possível adotar outras posturas diante do luto ocasionado pela perda de inúmeras vidas e pela exposição de uma “vulnerabilidade insuportável” (:9) que não a escalada da violência, a vingança e a declaração de guerra, objetivo que é explicitado em várias passagens. Em suas palavras:

Podemos até experimentar a repugnância, o luto, a ansiedade e o medo, e ter todas essas disposições emocionais ocasionando uma reflexão sobre como outros sofreram alguma violência arbitrária na mão dos Estados Unidos, mas também nos esforçando para produzir outra cultura pública e outra política nas quais sofrer violência e perdas inesperadas e responder com uma agressão não seja algo aceito como uma norma da vida política (:12).

Para Butler, as respostas alternativas e não violentas às violações sofridas teriam como ponto de partida a adoção da condição da vulnerabilidade e a agressão como bases da vida política. Ao acentuar que a precariedade da vida da qual fala o título do livro tem a ver com a possibilidade inescapável de ser vitimado, ela reconhece que a vulnerabilidade encontra-se distribuída desigualmente ao redor do mundo, o que faz com que algumas populações estejam mais suscetíveis à violência arbitrária do que outras. Segundo seu diagnóstico, a alocação diferenciada da vulnerabilidade se deve ao fato de que as responsabilidades éticas e políticas estejam calcadas em formas radicais de autossuficiência e soberania desenfreada. Nesse sentido, Butler propõe que uma nova forma de organização política seja pensada tendo como princípio o reconhecimento de uma interdependência inevitável e o apelo da precariedade da vida. Há um trecho no qual seu raciocínio é sintetizado:

O corpo implica mortalidade, vulnerabilidade, agência: a pele e a carne nos expõem ao olhar dos outros, mas também ao toque e à violência, e os corpos também ameaçam nos transformar na agência e no instrumento de tudo isso. Embora lutemos por direitos sobre nossos próprios corpos, os próprios corpos pelos quais lutamos não são apenas nossos. O corpo tem sua dimensão invariavelmente pública. Constituído como um fenômeno social na esfera pública, meu corpo é e não é meu (:46).

Nos ensaios "Explicação e isenção, ou o que podemos ouvir" e "A acusação de antissemitismo: judeus, Israel e os riscos da crítica pública", Butler aborda como se dá a censura da esfera pública

e o avanço de posicionamentos anti-intelectualistas. No primeiro, ela trata da impossibilidade de se perguntar o que poderia ter ocasionado os ataques de 11 de Setembro aos Estados Unidos sem que esse questionamento seja enquadrado como alguém que pretendia "isentar" aqueles que conduziram tal episódio. Já no segundo, Butler busca expor as falhas do comentário do então reitor de Harvard no qual ele afirmou que criticar Israel equivaleria ao engajamento em um antissemitismo "efetivo", isto é, ela discute como uma declaração deste tipo restringe o pensamento e o debate intelectual, ao mesmo tempo em que impede as pessoas de desaprovarem publicamente a política militar israelense.

O argumento que articula os dois ensaios é o de que a esfera pública é constituída também por aquilo que não pode aparecer para o público, de modo que a regulação do que pode ser visto e/ou falado é uma forma de estabelecer o que será percebido como parte da realidade e o que será descartado. Assim, as estratégias de controle da discussão e de repressão do dissenso passam pela produção de binarismos do tipo "todos que não estão conosco estão contra nós" e por tornar certos questionamentos e posicionamentos críticos indizíveis. Para a autora, colocar aqueles que advogam por outros modos de entendimento dos episódios de violência ao lado do "inimigo a ser combatido" serve para inviabilizar discursos críticos viáveis e produzir interpretações hegemônicas e inquestionáveis sobre as situações e, especialmente, sobre o caráter justo da reação violenta e militarizada.

Outros pontos discutidos por Butler no livro são os processos de desumanização aos quais algumas pessoas são submetidas, assim como a relação entre a possibilidade de que a morte possa ser publicamente pranteada

e o valor atribuído à vida que foi perdida. Assim como nos ensaios mencionados anteriormente, em "Violência, luto, política", a autora constrói sua argumentação em torno da politização de um fenômeno psicanalítico – o luto – ao descrever a recusa dos jornais em publicar obituários e memoriais de pessoas que foram mortas em ações militares estadunidenses ou israelenses.

Ao colocar o luto e a pergunta "quem sou eu sem você?" no centro de sua reflexão, a autora oferece algumas pistas para que possamos compreender o que ela considera como a interdependência inevitável entre as pessoas e como a noção de relacionalidade parece insuficiente para dimensionar o quanto somos não apenas constituídos a partir de nossas relações, mas também "desfeitos uns pelos outros" (:44). É também nesse ensaio que, ao questionar quem conta como humano e quem é real, Butler esboça uma ideia de "desrealização", processo pelo qual o "Outro" não é considerado nem vivo nem morto, mas em um estado interminavelmente suspenso e espectral (:54).

A discussão sobre quem é reconhecido como um humano é retomada pela autora no capítulo seguinte, "Detenção indefinida". Em diálogo com as proposições foucaultianas de "soberania" e "governamentalidade", Butler aborda como estes dois modos de exercício do poder encontram-se combinados nos cenários de guerra contemporâneos a partir de uma análise sobre a situação dos sujeitos presos em Guantánamo. Em sua leitura, decretações de "estado de emergência" e episódios semelhantes implicam a suspensão das leis e dos direitos, tornando também suspensas a separação dos poderes. Isto propiciaria as condições necessárias para a reintrodução de mecanismos de

operação do poder soberano por parte do Estado, representado pelos agentes do Executivo.

É através do emprego de um poder soberano que pessoas podem ser "presas indefinidamente" sob a acusação de serem "potencialmente perigosas", ainda que não tenham cometido nenhum crime de acordo com as leis vigentes. A exclusão de qualquer regime legal – nacional ou internacional – e o tratamento dispensado aos presos em Guantánamo – divulgado por meio de uma série de fotografias que mostravam pessoas acorrentadas e sendo tratadas como animais – são encarados por Butler como elementos que evidenciam um processo de "desrealização" e de desumanização. Para ela, o governo de uma dada população do qual fala Foucault se faz por meio da constituição de um grupo de pessoas como menos que humanos, dando a uns o estatuto de "sujeito" e despersonalizando outros.

No último ensaio, "Vida precária", Butler apresenta o fundamento ético de sua proposta política para impedir a sucessão de episódios de agressão e reações de vingança. Nas suas palavras, o texto "aborda a questão de uma ética não violenta, baseada no entendimento do quão facilmente a vida pode ser anulada" (:16). Partindo da concepção levianisana do "rosto" como uma figura que comunica tanto a precariedade da vida quanto a interdição da violência (traduzida no mandamento "não matarás"), a autora explora mais uma vez o tema do que pode ser dado a ver na esfera pública e como isto produz enquadramentos que vão determinar de que maneira as figuras podem ser representadas. Ela argumenta que, ao negar a exibição do "rosto" do "inimigo" ou representá-lo a partir de uma imagem com a qual não é possível se identificar,

são bloqueadas todas as possibilidades de reconhecimento das figuras que são alvo das ações militares estadunidenses enquanto “humanos”. Assim, apesar de não exibir diretamente as violências cometidas, a circulação das imagens de guerra é em si mesma um ato de violência cometido através do enquadramento do que é mostrado.

Nas últimas páginas do ensaio, Butler resume como os debates sobre os poderes da impossibilidade do luto e da

violência desumanizadora provocada pelas fotografias se articulam em sua formulação:

A desrealização da perda – a insensibilidade ao sofrimento humano e à morte – torna-se o mecanismo de realização da desumanização. Essa desrealização não ocorre nem dentro e nem fora da imagem, mas no próprio enquadramento em que a imagem está contida (:179).

Referência

BUTLER, Judith. 2019. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica. 189 pp.